



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES**

**ALUNOS(AS) COM DEFICIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA
DO BRINCAR NO RECREIO**

Rejane Helena Damas
Nº de Matrícula: 112790043c
Polo: Juiz de Fora

Juiz de Fora
2019

REJANE HELENA DAMAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientador (a): Prof. Dr. Neil Franco Pereira de Almeida

Juiz de Fora
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Damas, Rejane Helena.

Alunos(as) com deficiência e a importância do brincar no recreio / Rejane Helena Damas. -- 2019.
24 f.

Orientador: Neil Franco Pereira de Almeida

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, 2019.

1. Síndrome de Down. 2. Brincadeiras no recreio. 3. Inclusão. I. Almeida, Neil Franco Pereira de, orient. II. Título.

REJANE HELENA DAMAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Neil Franco Pereira de Almeida - Orientador

Ms. Michelle Duarte Rios Cardoso – Avaliadora 01

Dra. Núbia Aparecida Schaper Santos – Avaliadora 02

Juiz de Fora
2019

AGRADECIMENTOS

Aos professores e tutores que muito contribuíram com a gentileza e carinho para a realização dessa Pós-graduação e pelo enorme valor dedicado ao ser humano. Em especial, agradeço ao orientador professor Neil Franco Pereira de Almeida pelos seus ensinamentos, atenção, dedicação e carinho para com seus orientandos, através dos seus ensinamentos pude concluir ampliar e construir um novo olhar sobre esse estudo. Agradeço as professoras da escola X que aceitaram participar da Intervenção Pedagógica cedendo seu tempo e contribuindo para a construção de uma experiência nova com os educandos.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO:.....	9
3 DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO:.....	9
4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA:	10
5 OBJETIVO GERAL	11
6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO:.....	12
8 CRONOGRAMA	13
9 RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	13
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
11 REFERÊNCIAS	19
12 ANEXOS.....	23

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como a introdução de brincadeiras e ou jogos nos momentos de recreio vivenciados pelos(as) alunos(as) do terceiro ano do Ensino Fundamental, em uma escola da Rede Municipal de Ensino na cidade de Juiz de Fora poderia promover a inclusão e uma maior interação entre os(as) alunos(as). O grupo é composto por, aproximadamente, setenta e cinco crianças com idades entre oito e nove anos de idade e, dentre eles, dois meninos e uma menina diagnosticados com Síndrome de Down. O grupo de alunos(as) brincam juntos(as) durante quinze minutos, cinco dias por semana. A partir da observação desses momentos de recreio, percebemos que os alunos com Síndrome de Down não participam das conversas e brincadeiras com o demais, sendo assim, propomos um projeto de intervenção no recreio dessa escola com o intuito de ampliar as relações sociais entre esses(as) discentes. A partir das propostas de intervenção, acreditamos que brincadeiras e jogos durante esses momentos podem estimular a interação e uma convivência mais efetiva entre todos(as) os(as) alunos(as) do terceiro ano.

Palavras-chave: Síndrome de Down, Atividades lúdicas, Momentos de Recreio

1 INTRODUÇÃO

A temática sobre inclusão de alunos(as) com deficiências na escola regular não é um tema novo e tem sido bastante discutido na atualidade. Podemos confirmar tal fato pela criação de leis que concedem e ampliam os direitos relativos à educação dessas pessoas no cenário escolar, dentre elas destacam-se: a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBN (BRASIL, 1996), Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), Declaração de Salamanca (1994), e a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Essas normativas surgem como forma de assegurar a educação do público da Educação Especial, ou seja, pessoa com deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento e com Altas Habilidades/Superdotação. Assim, essas políticas públicas foram e estão sendo implementadas objetivando garantir o direito do público da Educação Especial de aprender na escola regular, estando próximos a outros alunos (as) sem nenhuma discriminação (BRASIL, 2008).

Neste contexto, Santana (2016) aponta que o século XX trouxe muitas dúvidas e incertezas acerca da Educação Especial e, assim, a partir de novas reflexões por parte da sociedade, a inclusão de pessoas deficientes na escola regular começa a ganhar novos olhares.

As leis acima citadas surgiram para garantir a esse público o direito de estar com seus pares e o direito a aprendizagem. No contexto de Juiz de Fora, incluir o/a aluno/a com necessidades especiais na escola regular surgiu como uma forma de valorizar esse ser humano, que ao longo do tempo ficou relegado as escolas especializadas em deficiência como, por exemplo, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Escola Estadual Maria das Dores; ambas localizadas em Juiz Fora, sendo a segunda referência em educação de alunos/as com necessidades especiais.

O interesse por esse assunto surgiu a partir da observação durante o recreio, que pode ser definido como momento de conversas e brincadeiras, em uma escola da Rede Municipal de Juiz de Fora onde trabalho como professora regente em uma turma do terceiro ano do Ensino Fundamental. O recreio acontece todos os dias da semana, com duração de quinze minutos, onde brincam juntas três turmas de alunos/as totalizando setenta e cinco crianças com idades entre oito e nove anos, sendo que, deste total, três deles (dois meninos e uma menina) foram diagnosticados/as com Síndrome de Down (SD).

De acordo com Dessen e Silva (2012) a SD, ou Trissomia do cromossomo 21, é uma alteração genética causada por um erro na divisão celular durante a divisão embrionária que

leva a pessoa a possuir três cromossomos no par 21, quando, na verdade, deveria possuir dois. Essa alteração genética provoca no indivíduo atrasos no desenvolvimento global e nas funções motoras do corpo como a hipotonia muscular (diminuição do tônus muscular dos membros do tronco), como também sonolência acentuada e distúrbios da fala. Dessen e Silva (2012) apontam ainda que uma característica marcante na SD é a deficiência intelectual que pode se apresentar em graus variados em cada pessoa.

Ao observar as brincadeiras e a interação desses(as) alunos(as) durante os momentos do recreio, percebi que os/as três alunos(as) com SD eram reunidos num pequeno grupo isolado dos demais, acompanhados/as por suas respectivas Professoras Bidocentes – assim como são denominadas nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora –, pois dividem a docência da sala de aula com a professora regente. A Professora Bidocente acompanha o/a discente com alguma deficiência nas suas necessidades mais específicas como ir ao banheiro, alimentação, organização do material escolar, copiar os conteúdos no caderno e uma série de outras coisas.

Durante esses momentos do recreio, observei que as crianças com SD ficavam separadas das demais sem acontecer interação entre elas e as demais. Os/as alunos/as com SD, muitas vezes, ficavam parados olhando uns para os/as outros/as, não havendo nenhuma intervenção de ambas as professoras para que o grupo fizesse qualquer atividade que propiciasse a socialização.

Sendo assim, surgiu nossa questão/problema: A realização de uma proposta de intervenção pedagógica com a introdução de brincadeiras e/ou jogos no recreio em uma Escola da Rede Municipal de Ensino na cidade de Juiz de Fora promoveria a interação desses/as discentes e, em especial, aqueles/as com necessidades especiais?

Freitas (2010) enfatiza que as crianças aprendem brincando e a interação entre elas é fundamental para seu desenvolvimento e ainda ressalta que a escola desempenha um papel de grande importância no quesito interação, pois ela é democrática e agrega variados tipos de discentes. A Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) destaca que jogos e brincadeiras devem ser desfrutados plenamente pelas crianças (BRASIL, s/d). Neste sentido, “é através dos brinquedos e brincadeiras que as crianças desenvolvem suas habilidades, percepções, raciocínio, criatividade e aprendem sua relação com si mesmas e com os outros.” (BRASIL, s/d, p. 9). Para o filósofo Henri Wallon “[...] a comunicação entre as crianças acontece quando elas brincam e dessa forma elas aprendem a se expressar e assim desenvolve-se culturalmente.” (BRASIL, s/d, p. 11). E ainda, no caso das crianças com deficiência, o brincar poderá ser utilizado para que elas superem suas dificuldades.

Diante do exposto acima, podemos perceber que os jogos e as brincadeiras desempenham um papel importante na vida e no desenvolvimento de todas as crianças, portanto, justificando a relevância deste estudo que se divide em quatro etapas: observação, conversas, intervenção (primeira e segunda etapa).

2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO:

O tema proposto para este estudo advém da trajetória acadêmica como professora formada em Magistério e licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Iniciei meus trabalhos como docente em séries iniciais do ensino fundamental há cerca de quinze anos na Rede Municipal de Ensino convivendo diariamente com crianças com alguma manifestação de necessidade especial. No ano de 2018 e 2019, atuando ainda como professora do terceiro ano numa escola da Rede Municipal de Juiz de Fora, detive-me a observar mais atentamente o envolvimento e as brincadeiras das crianças durante os momentos do recreio. Tal observação despertou meu interesse acerca da ausência de interação entre as crianças com necessidades especiais com as demais; pois essas ficavam separadas próximas as professoras – como já descrito linhas acima. Sendo assim, surgiu a proposta deste estudo: alunos (as) com deficiência e a importância do brincar no recreio.

3 DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO:

A escola na qual estudam os (as) alunos (as) observados (as) pertencem à Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora – MG. Possui aproximadamente quarenta anos de existência e sua área construída é circundada por dois pavimentos de salas, somando ao todo dezessete salas de aula, uma biblioteca, uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma sala de informática, sala dos professores, sala de coordenadores, um laboratório de Ciências, uma Brinquedoteca, uma Secretaria, dois banheiros masculinos e três banheiros femininos. Não há espaço físico para uma quadra de esportes, em razão disso os (as) alunos(as) brincam e fazem Educação Física com um sistema de rodízio.

A escola, visando atender aos (às) alunos (as) com necessidades especiais fez algumas modificações na sua arquitetura como: rampas, ampliação das portas dos banheiros e colocação de corrimões. A escola tem tentado se adequar para atender da melhor forma possível os quesitos necessários para acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, uma vez que a construção é muito antiga. Há um longo caminho a percorrer, com isso, a escola ainda não é uma escola totalmente acessível.

Em seu quadro discente estão matriculados(as) cerca de mil alunos(as) desde a Educação Infantil até o nono ano do Ensino Fundamental. Possui cerca de cem professores(as) que atuam em dois turnos (manhã e tarde), quatro coordenadoras pedagógicas que também atuam nos dois turnos.

No Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, no capítulo que versa sobre a inclusão, enfatiza-se a importância do acolhimento dos(as) alunos(as) com necessidades especiais no âmbito da escola e destaca o compromisso do corpo docente para com essas pessoas. Na escola, os(as) professores(as) tomam conta do recreio e observando os momentos de interação das crianças nesse espaço pude perceber que os(as) alunos(as) com necessidades especiais ficam a parte nas brincadeiras. Brincam sozinho(as) somente com as Professoras Bidocentes.

Durante a observação desses momentos, chamaram-me atenção três alunos(as) diagnosticados com SD: sendo uma menina e dois meninos, com idade entre oito e dez anos; muito amáveis e interessados(as) em aprender. Porém, manifestavam pouca autonomia para realizarem conversas e brincadeiras por iniciativa própria, sendo assim, necessitavam que alguém iniciasse e estimulasse as brincadeiras e as conversas. Na ausência desse incentivo, ficavam sozinhos(as), possivelmente, comprometendo seu desenvolvimento global, um vez que o brincar, para uma criança com ou sem deficiência, desencadeia a interação e um exercício de imaginação capaz de promover a busca de novas habilidades enriquecedoras do processo de aprendizagem.

Brandt, Santos e Vivente (2015) confirmam essa afirmativa ao destacarem que a partir da brincadeira a criança pode aprender muito sobre coisas primordiais para sua vida cotidiana como: tomar banho, alimentar-se, fazer a sua higiene e que o professor pode ser um dos mediadores dessas ações.

4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA:

Num passado não muito distante, crianças com alguma deficiência eram consideradas como seres com patologia e/ou incapazes para a vida em sociedade e estudar numa escola regular era um sonho distante (GAIA, 2017). Deimling e Moscardine (2012) ressaltam que a sociedade brasileira importava muito pouco com a pessoa com deficiência e que a inclusão dessas pessoas na escola regular está sendo um dos grandes desafios da contemporaneidade.

Ainda segundo Gaia (2017), o direito a educação para a pessoa com necessidades especiais é algo bastante recente. No Brasil, o cenário começa a ganhar vulto com a nova

Constituição Federal (BRASIL, 1988) que garante em seu artigo 5º que todas as pessoas são iguais, sem distinção de qualquer natureza. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBN – (BRASIL, 1996), no seu artigo 2º, reafirma o direito de todo(a) cidadão de ir à escola, sendo, “a educação, dever da família e do Estado”; e no artigo 3º: esse dever deve também resguardar a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

A partir do direito de frequentar uma escola garantido por lei, os(as) alunos(as) com deficiências começaram a chegar nas escolas regulares que se deparou com o grande desafio da inclusão, pois a escola se viu diante do despreparo dos(as) professores(as), barreiras arquitetônicas, elaboração de um novo currículo e uma série de outros entraves desfavoráveis a inclusão, assim, a escola vem se “adaptando” ao novo. A meu ver, essa série de fatores impedem as escolas da atualidade, propiciar ao(à) aluno(a) com deficiência momentos de aprendizagem e interação com seus pares e, principalmente, durante o recreio.

Nessa perspectiva, Cordazzo e Vieira (2007) e Freitas (2010) interpretam que o brincar é capaz de promover o desenvolvimento da fala, do físico, da aprendizagem, da criatividade, como também maior, desenvolvem a interação social. Assim, a introdução da brincadeira nos momentos de recreio seria uma forma de aproximar os(as) alunos(as) uns(umas) dos(as) outros(as), promover novas aprendizagens e possibilitar novas reflexões por parte do corpo docente sobre o tema.

Dessa forma, justificando a relevância deste estudo pautado nas argumentações acima, acredito ser um tema atual e de muita importância, pois poderá despertar novos olhares sobre as capacidades de interação e aprendizagem dos(as) alunos(as) com necessidades especiais, em particular, pessoas com SD.

5 OBJETIVO GERAL

Realizar uma proposta de intervenção pedagógica com a introdução de brincadeiras e/ou jogos no recreio em uma escola municipal de Juiz de Fora, com o intuito de promover a interação do corpo discente, e, em especial, aqueles(as) com SD.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Realizar levantamento teórico sobre as questões que envolvem a pesquisa: busca de referenciais teóricos sobre a relação deficiência e contexto escolar; identificar as

normativas que regem o processo de inserção de pessoas com deficiência na escola; entender as relações entre o brincar no contexto escolar.

2. Investigar como se processa a interação dos(as) alunos(as) com necessidades especiais com os(as) demais alunos(as) nos momentos de recreio na escola investigada.
3. Identificar através de conversas informais com as professoras regentes e/ou bidocentes: como e se ocorre interações entre alunos(as) com deficiência e os(as) demais estudantes.
4. Verificar se, nas reações ocorridas no recreio entre o corpo discente acontece movido por experiências do brincar, em especial, envolvendo crianças com deficiência, motivado ou não pelo corpo docente.
5. Propor atividades lúdicas no recreio que busquem a interação entre o corpo discente e, em especial, envolvendo discentes com deficiência.
6. Verificar se essas atividades lúdicas propostas possam gerar atitudes posteriores de autonomia dos(as) discentes para ser organizarem e brincarem no recreio de forma coletiva.

7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO:

A proposta de intervenção seria a introdução de brincadeiras e jogos nos momentos de recreio dos(as) alunos(as) do terceiro ano na Escola Municipal X onde trabalho como professora regente, convidando também para esses momentos os(as) alunos(as) diagnosticados(as) com Síndrome de Down. Esses momentos aconteceriam durante cinco dias na semana em que as professoras regentes e bidocentes estariam na escola, durante quinze minutos diários junto a seus discentes no recreio. A proposta de intervenção aconteceu em duas etapas:

1ª Etapa: Aplicação do projeto pela pesquisadora

No período de duas semanas, entre os dias 01 e 11 do mês de abril, no pátio da escola, a professora responsável pela intervenção se manifestou convidando e mediando as brincadeiras entre as crianças. Utilizou-se objetos como peteca, bola, corda, anel, etc.

As brincadeiras sugeridas foram:

1-Jogo de Peteca (quatro jogadores ficariam de frente um para o outro em forma de roda, um arremessando a peteca para que o outro).

2-Pula corda (dois alunos batem a corda e outro aluno pula).

3-Jogo do corre-cutia (os alunos ficam sentados, enquanto um aluno corre e deixa um objeto atrás do colega. O colega pega o objeto, levanta, corre atrás de quem deixou. Aquele senta antes do outro alcançá-lo e a brincadeira continua).

4-Passar o anel (as crianças se sentam em forma de roda e colocam as mãos uma encostada a outra. E a criança com o anel vai passando a sua mão fechada dentro das mãos do colega, quem ficar com o anel será o próximo a passar o anel).

5-Arremesso de bola no cesto (os alunos ficariam em fila e um de cada vez tenta arremessar a bola no cesto).

2ª Etapa: Observação de possíveis efeitos das intervenções

No período de duas semanas após a intervenção, entre os dias 15 e 29 do mês de abril de 2019, no pátio da escola, a professora responsável pela intervenção observou os(as) alunos(as) se organizarem e solicitarem as brincadeiras sem mediação.

8 CRONOGRAMA

Atividade	2018 NOV	2018 DEZ	2019 JAN	2019 FEV	2019 MAR	2019 ABR	2019 MAI	2019 JUN
Observação dos momentos de recreio das turmas do terceiro ano.	X	X						
Levantamento bibliográfico		X	X					
Entrevistas com as professoras				X	X			
Planejamento das atividades de intervenção.					X	X		
Aplicações das intervenções						X		
Aprofundamento teórico						X	X	
Construção do projeto de intervenção.							X	
Descrição, análise e discussão dos dados levantados.							X	
Construção do relatório final do TCC.							X	

9 RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Considerando o exposto acima descrito, este Projeto de Intervenção Pedagógica fundamenta-se numa abordagem qualitativa, pois foram usadas como instrumentos de

construção do estudo: a observação, entrevistas, conversas informais com docentes; o que segundo Goldenberg (2004, p. 47):

[...] o pesquisador coleta os dados através da sua participação na vida cotidiana do grupo ou da organização que estuda, observa as pessoas para ver como se comportam, conversa para descobrir as interpretações que têm sobre as situações que observou, podendo comparar e interpretar as respostas dadas em diferentes situações.

Nessa perspectiva, Lüdke e André (1986) ressaltam que a pesquisa qualitativa preocupa-se com a maneira com que os fenômenos ocorrem dentro de um determinado grupo.

O desenvolvimento da Intervenção Pedagógica aconteceu numa escola Municipal na cidade de Juiz de Fora – MG, localizada na Zona Norte e que funciona em dois turnos (manhã e tarde), com aproximadamente mil alunos, possui vinte salas de aula, laboratório de Ciências e Informática, Biblioteca, Secretaria, Sala dos Professores, Sala da Direção e Coordenação. Não possui quadra para a prática de esportes ou para realização de Educação Física, assim é utilizado um espaço externo em que acontecem os recreios e as aulas de Educação Física. O espaço mencionado é pequeno em relação ao número de alunos(as) matriculados(as) na escola, assim os momentos de atividades fora da sala de aula são realizados por agrupamentos de séries, ou seja, a cada quinze minutos brincam aproximadamente setenta e cinco alunos (três turmas de 25 alunos cada).

A observação aconteceu no turno da tarde em três turmas do terceiro ano do Ensino Fundamental compostas cada uma por duas professoras sendo uma regente de turma e a outra bidocente, somando no total seis professoras que supervisionam setenta e cinco crianças. Todas as professoras possuem nível superior em Pedagogia e apenas uma delas realizou cursos voltados para a área da Educação Especial, as demais disseram que a falta de tempo inviabilizou a realização de cursos. Relataram ainda que atuam no magistério há vários anos e sempre trabalharam com crianças com alguma deficiência. Como forma de preservar as identidades das professoras, elas serão identificadas de B1, B2, B3 para as Bidocentes e R1, R2, R3 para as Regentes. A mesma regra se aplica aos nomes dos(as) alunos(as) mencionados no estudo.

9.1 Sobre as crianças com deficiência envolvidas na Proposta de Intervenção

O total de turmas observadas somam juntas setenta e cinco alunos(as) das quais três crianças foram diagnosticadas com Síndrome de Down, sendo dois meninos e uma menina. Uma das crianças com SD, chamada de Paulinho, tem 8 anos de idade e estuda na escola

desde a Educação Infantil. Além da professora regente de sala, atua junto a ela uma professora que a auxilia nas tarefas do dia-a-dia, pois associada a SD, Paulinho possui miopia muito elevada usando óculos para correção visual, apresenta também dificuldades na locomoção e equilíbrio ao andar.

A segunda criança, chamada de Dilsinho, possui 8 anos e estuda na escola desde o primeiro ano do Ensino Fundamental. Assim como Paulinho, possui uma professora bidocente pelo motivo de não controlar os esfíncteres e não poder ingerir certos alimentos.

A terceira criança é uma menina chamada de Júlia. Tem 8 anos de idade e estuda na escola desde o segundo ano do Ensino Fundamental, além da professora regente possui também uma professora bidocente por não controlar os esfíncteres.

Vale ressaltar que os(as) alunos(as) com SD descritos acima possuem além da professora regente de sala, uma docente denominada de bidocente na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora objetivando auxiliar os discentes que apresentem ausência de autonomia para realização de ações cotidianas como higiene, locomoção e alimentação em conformidade com a lei Federal 13.146/2015 art. 3º Inciso XIII. “profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária e modalidades de ensino...].” (BRASIL, 2015).

9.2 Sobre as observações iniciais do recreio e o envolvimento dos(as) alunos(as) com SD

Durante os momentos de observação dos recreios, constatamos que os alunos com SD não brincavam com as demais crianças, ficavam separados. A partir de tal constatação, procuramos estabelecer conversas com as professoras desses(as) alunos(as) indagando o porquê dos(as) alunos(as) não serem inseridos nas brincadeiras e conversas nesses momentos. A professora B1 nos respondeu que seu aluno (Paulinho) não podia brincar no recreio no pátio da escola porque a mãe dele tinha muito medo dele cair e se ferir devido a alta miopia. Assim, para evitar acidentes com queda, ela não permitia que ele brincasse no meio dos demais. A professora R1, que trabalhava em conjunto com a B1, disse concordar com a opinião da mesma, pois assim elas evitavam problemas com a família da criança.

A professora B2 que acompanhava o aluno Dilsinho nos relatou que ele não gostava de muita gente por perto e que muitas vezes, ele preferia ficar sozinho com seus pensamentos. A R2 disse que ele não interagia com os demais por ser muito tímido e não gostar de muita conversa.

A professora B3, que acompanha a aluna Júlia, disse que ela era uma aluna muito levada, poderia agredir outras crianças fisicamente, cuspiam nos(as) colegas quando contrariada em seus desejos. Diante disso, os(as) demais alunos(as) a evitavam. A professora R3 disse que Júlia não era inserida nas brincadeiras pelos(as) demais colegas porque era muito temperamental e a todo momento criava conflitos como cuspir e beliscar.

Após as conversas com as professoras, realizamos uma busca por autores(as) que tratassem sobre o assunto brincar das crianças com SD. Descobrimos que a SD não impede as crianças de brincar e interagir, muito pelo contrário, a interação com seus pares é capaz de propiciar o desenvolvimento cognitivo, linguagem e habilidades motoras (SABINO, 2011). Podemos destacar ainda como fontes bibliográficas, Manuais de brincadeiras inclusivas como o elaborado por Gabrilli (s/d) e o Guia do brincar Inclusivo elaborado pela Unicef (2012), e autores como Freitas (2010), Brandt, Santos e Vivente (2015) ressaltam que as brincadeiras são capazes de promover aprendizagens significativas para o desenvolvimento infantil.

A partir das conversas com as professoras regentes e bidocentes e da pesquisa bibliográfica, sugerimos a elas selecionar e introduzir nos momentos de recreio brincadeiras que não oferecessem riscos de acidentes e assim, poderíamos promover a interação dos(as) alunos(as) com SD com os(as) demais nos momentos de recreio.

9.3 Sobre as brincadeiras propostas para a intervenção no recreio

As brincadeiras e jogos foram escolhidos observando aquelas que evitassem correr; pois eram muitos alunos(as) e pouco espaço físico, assim optamos por: Jogo com Peteca, arremesso de bola na cesta, jogo do corre-cutia, Passar o anel, Brincadeira morto-vivo. Foi proposto às seis professoras o desafio de no primeiro passo da intervenção convidar e incentivar os(as) alunos(as) para brincarem juntos incluindo os três alunos(as) com SD, durante os quinze minutos do recreio, introduzindo as brincadeiras referidas acima. E no segundo passo da intervenção apenas disponibilizar os brinquedos sem o convite e o incentivo aos(as) alunos(as), observando como iriam proceder.

Nas duas primeiras semanas da aplicação da intervenção com a mediação das professoras, cada professora regente juntamente com a professora bidocente ficaram a frente de um grupo de 25 alunos oferecendo duas brincadeiras que aconteciam a cada três dias (vide quadro 01, abaixo). Os(as) alunos(as) se agruparam conforme as brincadeiras que desejavam participar, se alternando ora em uma ora em outra. Na terceira e na quarta semana seguintes as professoras organizaram e fizeram intervenções apenas para mediar alguns conflitos que ocorreram entre eles.

Quadro 01: Brincadeiras e dias de aplicação

Brincadeiras	Peteca	Corre Cutia	Arremesso de bola na cesta	Passar o anel	Morto-Vivo	Pular corda
Dias de aplicação com intervenção da professora	01/04 02/04 03/04	01/04 02/04 03/04	04/04 05/04 08/04	04/04 05/04 08/04	09/04 10/04 11/04	09/04 10/04 11/04
Dias de aplicação sem intervenção da professora	15/04 16/04 17/04	15/04 16/04 17/04	22/04 23/04 24/04	22/04 23/04 24/04	25/04 26/04 29/04	25/04 26/04 29/04

Durante a primeira etapa onde as professoras convidavam e incentivavam os(as) alunos(as) para as brincadeiras, podemos observar que os(as) alunos(as) gostaram muito das novas modalidades introduzidas no recreio, sempre querendo saber qual seria a brincadeira do dia, já os(as) alunos(as) com SD, percebemos que necessitavam serem estimulados(as) e orientados(as) quanto a esses momentos. Dilsinho, no primeiro dia, aceitou brincar após o convite das professoras e dos(as) amigos(as), mas sempre ao lado da professora bidocente, se recusando a ir para perto dos demais alunos(as). A brincadeira que mais demonstrou interesse foi morto-vivo onde todos(as) os(as) alunos (as) reunidos num grande grupo participaram juntos(as), já nas brincadeiras que demandavam maior interação como jogo de Peteca, Corre-Cutia, Passar o anel e Pular-corda, dizia estar cansado e que não queria brincar. Disse ainda estar com ciúmes da sua professora com as outras crianças a segurava pela mão e dizia querer brincar somente com ela. Nos demais dias da semana demonstrou muito pouco interesse nas brincadeiras, alegando sempre estar cansado.

Na segunda etapa da intervenção Dilsinho repetiu o comportamento anterior, manifestou pouco desejo pelas brincadeiras e ficou ao lado da sua professora o tempo todo, como sempre fazia no dia-a-dia.

Ao contrário do aluno Dilsinho na primeira etapa da intervenção, o aluno Paulinho, apesar da sua miopia acentuada, manifestou muita satisfação por estar com os(as) demais colegas. Quando fizemos o convite para as brincadeiras, ele aceitou prontamente, participou de todas. Quando os(as) colegas o chamavam para brincar, ele os abraçava e dizia “amigos” e se enturmava com os(as) demais. Já na primeira semana de intervenção podemos perceber

certa autonomia por parte de Paulinho, pois ele não mais esperava pelo convite e se dirigia para o local das brincadeiras,

Nos dias em que não houve a mediação das professoras, Paulinho se soltou ainda mais, porém, sem muita noção das regras das brincadeiras, se recusando a entrar na fila e esperar a sua vez. Na brincadeira de passar o anel, não conseguiu entender como ela funcionava dizendo que o anel era dele; demonstrou muita vontade em aprender a pular a corda, percebemos que ele ainda necessitava ser orientado para cada brincadeira. Segundo a sua professora bidocente, nos dias que sucederam a intervenção durante a aula ele perguntou várias vezes se já era hora do recreio para ir brincar lá fora com os(as) amigos(as).

Durante a primeira etapa, a aluna Júlia demonstrou muito interesse em participar das brincadeiras com os(as) demais colegas, quando convidada se mostrava muito receptiva. No decorrer dos dias, durante as brincadeiras se envolveu em vários conflitos. Percebemos que ela necessitava interagir e aprender mais em brincadeiras coletivas, tendo no começo um(a) adulto(a) mediando, pois ainda se mostrava imatura e, às vezes, egoísta, demonstrando certa dificuldade para assimilar as regras e respeitar os(as) colegas. Nas brincadeiras que requeriam regras, ela se recusava a segui-las, criava as suas próprias regras, como, por exemplo, no jogo, quando de posse da peteca, se recusava a jogá-la para outra criança. Na hora de pular a corda, ela queria pular o tempo todo (embora ainda não dominasse perfeitamente a técnica), assim, a presença da mediadora/professora quase sempre era requisitada pelos(as) demais alunos(as).

Durante as intervenções percebemos uma questão que consideramos bastante significativa. No decorrer de todo o processo da intervenção, compreendemos que os(as) alunos(as) nutrem muito carinho pelo(as) colega com SD e se enchem de cuidados, procurando ajudá-los(as) sempre que necessário. Se manifestaram muito solidários (as). Acreditamos que a questão do cuidar é transmitido pelas professoras para os(as) alunos(as), pois várias vezes presenciamos falas do tipo “Maria, leve a Júlia beber água”, “José, dê a mão ao Paulinho para que ele suba as escadas.”

Verificamos no decorrer das intervenções que é possível promover a interação das crianças com SD nos momentos de recreio e ainda que crianças são livres de preconceitos, para elas todas são crianças, independente de serem deficientes ou não. Podemos perceber também que o desenvolvimento da autonomia no sentido de se organizarem para as brincadeiras no coletivo necessitam ser mediadas pelo(as) professor(as) durante um certo período de tempo para que as regras sejam assimiladas e consolidadas.

O processo de se organizarem autonomamente nas brincadeiras do recreio seria uma possível realidade mediante um processo de intervenção mais prolongado, uma vez que o interesse em brincar foi manifestado sem a mediação das professoras.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as conversas e observações, notamos que algumas professoras dos(as) alunos(as) com SD, seguindo orientações dos pais receosos de o(a) filho(a) se machucarem, não estimulavam as brincadeiras e a interação por medo da criança se ferir e a família reclamar, assim seguiam com o sentimento de superproteção criando impedimentos que podem interferir no desenvolvimento da crianças com SD. Como bem colocado por Cunha, Blascovi-Assis e Framenghi (2010, p. 446): “atitudes de superproteção, piedade ou rejeição, presentes no núcleo familiar, podem interferir no desenvolvimento dos filhos, incluindo os aspectos sociais e emocionais.”

Confirmando nossas impressões após o processo de intervenção no recreio com brincadeiras na tentativa de proporcionar maior interação de alunos(as) de uma escola, em especial, envolvendo aqueles(as) com SD, autores como Nonaka e Pottker (2015) apontam que a criança com SD demoram um pouco mais para adquirir certos conceitos, o que não significa que não consigam incorporá-los. Necessitam de maiores investimentos pedagógicos.

Neste contexto, acreditamos que os(as) alunos(as) com SD, assim como qualquer outra criança, gostam de brincar e se socializar, basta que sejam convidados(as) e estimulados(as) a participar das interações e brincadeiras nos momentos de recreio; e brincando no meio dos(as) demais alunos(as) serão incluídos(as) no universo escolar. No entender de Krause, Soares e Silva (2018, p. 7): “brincar é essencial na vida das crianças, em seu desenvolvimento e aprendizagem. Por isso, deve ser diário em uma concepção inclusiva de escola.”

11 REFERÊNCIAS

BRANDT, Marcia Jane Capuano; SANTOS, Edilson Rebelo dos; VIVENTE, Gislaine Lopes. O brincar na Educação Especial nos primeiros anos das séries iniciais de uma Escola municipal da cidade de Dourados-MS, **Revista Interletras**, Dourados, v. 3, n. 21.p.1-13, abr./set.2015. Disponível em: <https://www.unigran.br/interletras/ed_anteriores/n21/conteudo/artigos/5.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em:<portal.mec.gov/arquivos/pdf/politiceducaespecial.pdf>. Acesso em:14 mai.2019.

BRASIL.Lei Federal n.8069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 14 abr.2019.

BRASIL. **Brinquedos e Brincadeiras inclusivos**. Brasília; DF: Ministério da Cultura, [s/d]. p.6-11. Disponível em:<<http://institutomaragabrilli.org.br/images/stories/pdf/brinquedos.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência** . Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 15 maio. 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>.Acesso em: 14 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDBEN** 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CORDAZZO Scheila Tatiana Duarte, VIEIRA, Mauro Luis. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, n.1, Ano 7, 1º Sem. 2007. Disponível em:<<file:///C:/Users/Helena/Documents/EXO4.pdf>>.Acesso em: 14 jan. 2019.

CUNHA, Aldine Maria Fernandes Vohlk; BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria; FIAMENGHI JR, Geraldo Antonio. Impacto da notícia da Síndrome de Down para os pais: histórias de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo,v.15,n.2, p. 444-451.2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em:<<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS UNICEF. 20/11/1959. Princípio VII. Disponível.<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm>.Acesso em: 07 abr. 2019.

DEIMLING, Natália Neves Macedo, MOSCARDIN, Saulo Fantato. **Inclusão Escolar: Política, Marcos Históricos, Avanços e Desafios. Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n.12, p.1-19, 1º sem./2012. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/download/9325/6177>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

DESSEN, Maria Auxiliadora. SILVA, Nara Liana Pereira. Síndrome de Down: Etiologia, caracterização e Impacto na Família. **Revista: Interação em Psicologia**, Paraná, v. 6 n. 2 p.167-178, 2002.

FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger. **Interação social entre pares: a importância do brincar para a inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**, 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí. Teresina. Disponível em: <http://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/ppged/arquivos/files/dissertacao/2010/Camila_Siqueira.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

GAIA, Ronan da Silva Parreira, Educação Especial no Brasil: **Análises e reflexões**. 2017. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170719100610.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências**, 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

KRAUSE, Maggi ; VICHESSE, Beatriz; SILVA, Wellington Soares. **Caderno Brincar: Propostas práticas para brincadeiras inclusivas na Educação Infantil**. v. 2. São Paulo: Associação Nova Escola ,2018. Disponível em: <<https://fundacaovolkswagen.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Apostila-Brincar-Volume-2.pdf>>. Acesso em: 15 abr.2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NONAKA, Katia Leiko .POTTKER Caroline Andrea, Percepção de professores sobre a Inclusão no ensino Regular de Alunos com Síndrome de Down, **Revista Uningá-Curso de Psicologia da faculdade Ingá**, v.23,n. 3, p. 52-60 Jul./Set. 2015. Disponível em: <<http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1653/1265>>. Acesso em: 15 abr.2019.

SANTANA, Adriana Silva Andrade. **Educação Inclusiva no Brasil: Trajetória e Impasses na Legislação**. 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_8.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SABINO, Leticia Akemi de Araújo Sakamoto. **O brincar em crianças com Síndrome de Down**. 2011.35f, Monografia (Terapia Ocupacional: Uma Visão Dinâmica em Neurologia)-UNISALESIANO Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium. Lins-SP.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância - Guia do Brincar Inclusivo Projeto Incluir Brincando. 2012. Disponível em:<
http://files.unicef.org/brazil/pt/br_sesame_guia.pdf>. Acesso em: 15. maio 2019.

12 ANEXOS

Anexo 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED
 CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO

À Direção da Escola _____

Prezado(a) Senhor (a) _____

Como aluno (a) do curso de especialização em EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES promovido pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF, através do CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD, venho por meio desta, solicitar a autorização para desenvolvimento de meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste em um projeto de intervenção com o objetivo de

Para o desenvolvimento deste projeto, que será realizado na turma serão utilizados procedimentos _____ tais _____ como _____

Como estudante do referido curso, gostaria de assegurar o caráter acadêmico do presente estudo, assim como a utilização de procedimentos para a proteção da identidade dos sujeitos, a confiabilidade dos dados e a ética no tratamento dos dados quando estes se referirem ao sujeito e a instituição em que este desenvolve o seu trabalho.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, na certeza de que o resultado de tal estudo possa contribuir para a obtenção de informações que permitam uma melhor compreensão sobre _____

_____, e contribuindo assim, para a construção de práticas escolas mais inclusivas que garantam o direito à educação para todos.

Juiz de Fora, ___ fevereiro de 2019.

 Nome do aluno (CPF/ telefone de contato)

